

INCLUSÃO DE ENSINO DE LIBRAS COMO DISCIPLINA OBRIGATÓRIA DO CURRÍCULO DO ENSINO FUNDAMENTAL

FRANCISCO, Amanda de Queiroz¹
amandaanny200live@gmail.com
CUNHA, Valeska Guimarães Rezende da²
valeska.guimaraes@uniube.br

Resumo

O artigo completo analisa a inclusão do ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como disciplina obrigatória no currículo do Ensino Fundamental, destacando sua importância na promoção da igualdade e inclusão social. Por meio deste texto tende-se alcançar o objetivo de apresentar que essa inclusão não apenas beneficia os estudantes surdos, mas também sensibiliza os alunos ouvintes para a diversidade e a necessidade de uma sociedade mais inclusiva. A aprendizagem de Libras desde cedo prepara as gerações futuras para interações significativas com pessoas surdas, promovendo uma compreensão mais profunda da cultura surda. Além disso, cria um ambiente educacional onde todos os alunos podem se comunicar de maneira mais eficaz, promovendo a aceitação e a colaboração entre diferentes grupos sociais. A implementação bem-sucedida do ensino obrigatório de Libras representa um avanço significativo em direção a uma sociedade mais justa e equitativa. Garante que os surdos tenham acesso igualitário à educação, aumentando suas oportunidades no mercado de trabalho e na participação social. Além disso, prepara os alunos ouvintes para um mundo diversificado, estimulando a empatia e construindo pontes entre as comunidades surda e ouvinte. Em última análise, essa medida não apenas transforma a experiência educacional dos surdos, mas também enriquece a sociedade como um todo, promovendo a inclusão e a compreensão mútua.

Palavras-chave: Surdo. Libras. Inclusão. Comunicação.

Abstract:

The full article analyzes the inclusion of teaching Brazilian Sign Language as a mandatory subject in the Elementary School curriculum, highlighting its importance in promoting equality and social inclusion. This text aims to achieve the objective of presenting that this inclusion not only benefits deaf students, but also sensitizes hearing students to diversity and the need for a more inclusive society. Learning Libras from an early age prepares future generations for meaningful interactions with deaf people, promoting a deeper understanding of deaf culture. Additionally, it creates an educational environment where all students can communicate more effectively,

¹ Graduanda em Pedagogia, Uniube.

² Doutora em Educação e Mestre em Linguística pela Universidade Federal de Uberlândia. Especialista em Educação a Distância pela Universidade Católica de Brasília; em Metodologia do Ensino e aprendizagem de Língua Estrangeira pela Faculdade São Luís e em Educação pela Faculdade Claretianas. Graduada em Tecnologia em Processamento de Dados e Licenciada em Pedagogia pela Universidade de Uberaba. É professora na Universidade de Uberaba.

promoting acceptance and collaboration between different social groups. The successful implementation of compulsory teaching of Libras represents a significant advance towards a more fair and equitable society. It ensures that deaf people have equal access to education, increasing their opportunities in the job market and social participation. Furthermore, it prepares hearing students for a diverse world, encouraging empathy and building bridges between the deaf and hearing communities. Ultimately, this measure not only transforms the educational experience of deaf people, but also enriches society as a whole, promoting inclusion and mutual understanding.

Keywords: Deaf. Pounds. Inclusion. Communication.

INTRODUÇÃO

No cenário educacional contemporâneo, a inclusão é uma palavra de ordem que permeia todas as esferas da sociedade. A diversidade é um valor inegociável que deve ser refletido no sistema de ensino. Nesse contexto, a inclusão de ensino de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como disciplina obrigatória no currículo do ensino fundamental emerge como uma necessidade imperativa e um passo significativo em direção a uma educação verdadeiramente inclusiva (Strobel, 2009).

De acordo com Strobel (2009) durante a Idade Média, os indivíduos com deficiência auditiva ou surdez enfrentaram desafios significativos em sua busca por igualdade social. Para Oliveira (2015, p.2) “a desigualdade social está presente desde seu surgimento, em diversas dimensões (política, econômica, social, racial, regional e cultural), de forma exacerbada ao longo da história da sociedade.” Para esse autor, “no plano prático, quanto menos diferença social entre as pessoas, grupos e classes sociais, maior será a superação das carências materiais e haverá mais efetivação de direitos humanos fundamentais”.

Vários pesquisadores registraram suas preocupações, muitas vezes limitadas, ao apresentar a história dos surdos. Esses relatos focavam principalmente em tentativas de conformar as pessoas surdas aos padrões dos ouvintes, oferecendo supostas curas para a surdez ou deficiência auditiva.

A LIBRAS é a língua materna da comunidade surda no Brasil e possui estrutura linguística própria, com gramática, vocabulário e expressões específicas. Garantir que todos os estudantes, independentemente de suas habilidades auditivas, tenham acesso ao ensino e à aprendizagem da Libras não apenas promove a inclusão dos alunos surdos, mas também enriquece a experiência educacional de toda a comunidade escolar (Duarte, 2013).

Este artigo terá como método a revisão de literatura e o objetivo apresentar que essa inclusão não apenas beneficia os estudantes surdos, mas também sensibiliza os alunos ouvintes para a diversidade e a necessidade de uma sociedade mais inclusiva. Diante do estudo, é verificado que os benefícios pedagógicos, sociais e emocionais dessa prática, lançar luz sobre a importância de repensar o currículo escolar, promovendo não apenas a aquisição de conhecimentos, mas também a formação de cidadãos conscientes e empáticos.

A inclusão do ensino de LIBRAS proporciona aos estudantes surdos a oportunidade de se comunicar efetivamente, promovendo seu desenvolvimento cognitivo, social e emocional. Além disso, ao expor os estudantes ouvintes à língua de sinais desde cedo, é possível criar um ambiente inclusivo que valoriza a diversidade linguística e cultural, combatendo estigmas e preconceitos relacionados à surdez. A inclusão também prepara os estudantes para interações futuras em uma sociedade diversificada e globalizada.

A inclusão pode aprimorar a prática pedagógica dos educadores, incentivando a adoção de métodos de ensino mais interativos e inclusivos. No entanto, a implementação bem-sucedida dessa iniciativa requer uma compreensão aprofundada dos desafios enfrentados pelos educadores e dos recursos necessários para superá-los.

Este estudo visa preencher essa lacuna, da inclusão do ensino de LIBRAS no currículo do ensino fundamental. Ao destacar os benefícios e desafios associados a essa prática, espera-se fornecer informações valiosas para educadores, formuladores de políticas educacionais e pesquisadores interessados em promover uma educação verdadeiramente inclusiva e equitativa para todos os estudantes, independentemente de suas habilidades auditivas.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 – História da Língua Brasileira de Sinais (Libras)

Atualmente, temos Libras como uma língua cada vez mais reconhecida pela sociedade, na legislação, nas escolas, nas universidades, entre outros setores. Segundo Mori e Sander (2015) no Brasil, a história da Libras iniciou por volta de 1855, quando Dom Pedro II, que continha no seu ciclo familiar um parente surdo, trouxe o professor francês surdo Eduardo Huet, que instituiu o alfabeto manual e a Língua de

Sinais da França. Seu método foi inovador, entretanto ainda não existia uma escola específica. Ele veio ao Rio de Janeiro em 1855 com a finalidade de fundar uma escola para surdos e, com o apoio do Imperador D. Pedro II, criou o Instituto Imperial de Surdos-Mudos em 1857, o atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) na capital do Rio de Janeiro.

Em 1873 foi patenteado um documento imprescindível para a língua brasileira de sinais, o autor foi Flausino José da Gama, ou seja, foi divulgado um dicionário de sinais facilitando a comunicação entre alunos surdos e professores do instituto, sendo os primeiros desenhos dos surdos separados por categorias, denominado "*Icographia dos Signaes dos Surdos-Mudos*" (STROBEL, 2009).

Contudo, está liberdade de expressar a língua de sinais não perdurou, pois em 1880, na cidade de Milão, durante o Congresso Internacional de Educação de Surdo, foi publicada a decisão final sobre a língua de sinais na educação escolar, focando apenas a língua oral. A finalidade foi debater a qualidade da Educação de Surdos e a opção do método mais adequado no ensino, sendo escolhido o método oral, estimado superior ao método de sinais (MORI; SANDER, 2015).

De acordo com Strobel (2009) em 1911 a língua de sinais foi proibida por lei e o INES passou a usar a língua oral. Porém, para os alunos que ainda tinham dificuldade no aprendizado, poderiam utilizar papel e lápis para se comunicar. Se alguém insistisse em usar a língua de sinais, era punido e tinha as mãos amarradas. Essa imposição perdurou até o final da década de 1960 e, por volta de 1991, foi lançada a Língua Brasileira de Sinais e a Libras reconhecida legalmente, dando suporte aos direitos dos surdos. Mas a lei que reconhece a Libras como língua oficial só foi promulgada em 2001.

"Lei Estadual 10.379, 10 de janeiro de 1991. Reconhece oficialmente, no Estado de Minas Gerais, como meio de comunicação objetiva e de uso corrente, a linguagem gestual codificada na Língua Brasileira de Sinais – Libras" (BRASIL, 2021).

Por volta de 1987, "foi inaugurada a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), no Rio de Janeiro", segundo Ramos (2004). Nessa federação estavam compostas pessoas que se preocupavam com a surdez, sendo uma unidade filantrópica sem fins lucrativos, com finalidade educacional. O Brasil estava passando por evoluções tecnológicas, com pesquisas avançadas, porém,

esses avanços e novidades para a comunidade surda estavam prestes a acabar, é como se os estudos e pesquisas parassem no tempo.

Como resultado, a Libras passou a ser menosprezada pela sociedade e pela educação. No entanto, isso não significa que a Libras acabou, no INES, os alunos surdos começaram a se comunicar secretamente no refeitório e nos dormitórios. Em seus últimos anos, essa língua de sinais, mesmo que fosse praticada secretamente, formou um sistema de linguagem. Então foi difundida pelo Brasil, já que os alunos do INES eram naturais de outros estados brasileiros, além do Rio de Janeiro, e, quando voltavam para suas casas, levavam a língua de sinais adquirida (STROBEL, 2009). Partindo desse pressuposto, o surto passou a ter direito a intérprete, contudo, falta profissionais para atender, e somente em 2010 a profissão passa a ser regulamentada.

Ainda segundo o autor, o Rio de Janeiro foi o estado que mais saiu na frente, e provavelmente pela existência do INES e pelo fato de ter sido capital do país por vários anos, conta com uma comunidade surda mais ou menos proferida politicamente, o que lhes tem afiançado algumas prerrogativas em comparação com os surdos de outras cidades.

Duarte (2013) afirma que ao analisar a história dos surdos, nota que são expostos pela sociedade em inúmeras vezes, vítimas de experiências sem sucesso e não têm muita chance nesta sociedade oralista. Mas, por toda a trajetória e pessoas que lutam pelo direito, atualmente possuem sua própria língua.

Para considerar a igualdade, hoje os surdos utilizam uma língua diferente, no entanto tão rica como a nossa. Empregando sua própria língua, os surdos são capazes de mostrar que pensam, sentem e agem em seu meio social. O preconceito, entretanto, ainda existe, mas ele é obra da ignorância de pessoas que ignoram a Libras.

2.2 Conceito de inclusão, Políticas Públicas e a difícil situação da comunidade surda escolar

A inclusão é uma conquista significativa para a educação em geral, porém demanda políticas públicas que ainda não foram muito bem estabelecidas, e segundo Quadros et al (2018) “torna-se fundamental documentar essa língua e promover ações políticas que garantam a aquisição da língua de sinais de forma precoce e inserida na sua comunidade linguística.”

Segundo Freitas (2021) no Brasil, cerca de 5% da população é surda, sendo que parte deles utiliza a Libras como auxiliar de comunicação. Esse número representa 10 milhões de pessoas, das quais 2,7 milhões não ouvem nada, segundo dados do IBGE. Em termos de educação, a população surda não tem tanta representação. Segundo estudo realizado pelo Instituto Locomotiva e pela Semana de Acessibilidade Surda 2019, cerca de 7% dos surdos no Brasil possuem ensino superior completo, 15% cursaram o ensino médio, 46% cursaram o ensino fundamental e 32% não frequentaram a escola.

No caso da comunidade surda escolar, a inclusão assume uma importância ainda maior, devido às especificidades da surdez e às barreiras comunicacionais que podem ser encontradas no ambiente educacional. As políticas públicas desempenham um papel fundamental nesse cenário, pois são responsáveis por promover diretrizes e ações que garantam o acesso e a qualidade da educação para os estudantes surdos.

As políticas públicas voltadas para a inclusão da comunidade surda escolar devem abordar diferentes aspectos. Isso inclui a oferta de recursos e suportes necessários, como intérpretes de Libras (Língua Brasileira de Sinais), tecnologias assistivas, materiais pedagógicos adaptados e formação de professores em educação inclusiva. Além disso, é essencial que haja um ambiente escolar acolhedor e inclusivo, onde a diversidade seja valorizada e a comunicação seja facilitada por meio da presença de profissionais capacitados e da promoção da Língua de Sinais como meio de comunicação (QUADROS et al 2018).

Em muitos casos, predominam as discussões clínicas sobre a surdez, ao invés de ver o surdo como um usuário de uma língua, um ser humano como qualquer outro. Do ponto de vista clínico, o surdo é visto em sua relação com o público, o ouvinte, sendo a surdez entendida como uma doença que requer cura, uma deficiência, como se fosse uma doença em relativa desvantagem no mundo (QUADROS et al, 2018).

Esse discurso da perspectiva clínica também é referido como coloquialismo, pois houve um tempo na história da educação de surdos que visava a perspectiva do falante, aproximando-o do ambiente auditivo. Segundo Fernandes (2006, p. 4), constatou-se que, embora o oralismo seja veementemente negado e banido nos programas de ensino discursivo e político, seu conceito e prática continuam a ser reproduzidos, tornando-o tão atuante.

Do ponto de vista antropológico, a surdez não é vista como uma anormalidade, uma doença, é apenas uma forma diferente de se expressar, o sujeito possui uma linguagem natural. A comunidade surda, como qualquer outra comunidade, tem suas particularidades e seus participantes têm deveres e direitos como qualquer outro cidadão, devendo, portanto, ser vistos como pessoas capazes de tomar suas próprias decisões, em nada diferente dos ouvintes, e do direito ser respeitado, o fato de que o surdo é um ser humano e precisa ser aceito.

No entanto, a situação da comunidade surda escolar ainda enfrenta muitos desafios. A falta de estrutura adequada nas escolas, a ausência de profissionais capacitados em Libras e a falta de conscientização sobre as necessidades dos estudantes surdos são apenas alguns exemplos das dificuldades encontradas. Isso resulta em uma exclusão e marginalização desses estudantes, prejudicando seu acesso à educação de qualidade.

É importante destacar que a inclusão da comunidade surda escolar não se resume apenas à adaptação do ambiente educacional, mas também envolve o reconhecimento e a valorização da identidade cultural surda. A Língua de Sinais desempenha um papel central na comunicação e expressão dos surdos, sendo essencial para o desenvolvimento cognitivo e social desses estudantes.

Diante desse contexto, é necessário um esforço conjunto da sociedade, das instituições educacionais e do poder público para superar os desafios e garantir uma educação inclusiva para a comunidade surda escolar. Isso envolve a criação e implementação de políticas públicas efetivas, a formação de profissionais capacitados em Libras, a adaptação dos currículos e materiais pedagógicos, e a promoção de um ambiente escolar inclusivo e acolhedor.

Somente através da inclusão efetiva e do reconhecimento da diversidade e singularidade de cada estudante surdo é que será possível superar as barreiras existentes e proporcionar uma educação de qualidade para todos, garantindo assim o pleno desenvolvimento e a participação ativa da comunidade surda escolar na sociedade.

2.3 A BNCC e os direitos da pessoa surda não tem traço depois do número – não tem esse traço abaixo desse subtítulo

Durante a pesquisa, foi feita uma busca por informações e documentos que pudessem servir de base para a educação de surdos no Brasil. Um dos documentos

mais pesquisados é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que hoje é referência para as escolas desenvolverem recomendações pedagógicas.

A Base estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica. Orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, a Base soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. (BRASIL, 2017, p.4)

Apesar de elencar a Libras como língua da comunidade surda, a BNCC não aprofundou e nem fez referência à educação de surdos, dada a sua oficialidade e com pleno respeito à sua especificidade linguística. Nessa perspectiva, por exemplo, a exposição primária e precoce de surdos à Libras não é contemplada especificamente no texto da BNCC, nem aborda diretamente temas pertinentes à etapa da educação infantil, nem se relaciona diretamente com o bilinguismo, por exemplo, a surdez.

A inclusão da matéria de libras como componente obrigatório no currículo escolar tem como objetivo de contribuir não só para que as pessoas surdas vivenciem processos de inclusão plena, mas também para que alunos ouvintes compreendam a multiplicidade das formas de comunicação possíveis. Através de propostas para a educação dos surdos como ‘ Educação Bilíngue ’, onde os alunos têm a Libras como principal forma de comunicação com professores e com os colegas. Este modo tem a língua de sinais como fator central para o processo de escolarização, pois entende que a língua é essencial para a identidade cultural dos surdos.

[...] a criação de ambientes linguísticos para a aquisição da Libras como primeira língua (L1) por crianças surdas, no tempo de desenvolvimento linguístico esperado e similar ao das crianças ouvintes, e a aquisição do português como segunda língua (L2) (BRASIL, 2014, p. 6).

Por meio de recomendações para a educação de Surdos, como “Educação Bilíngue”, os alunos utilizam a Libras como principal meio de comunicação com professores e colegas. Esse modelo coloca a língua de sinais como elemento central do processo de escolarização, pois a compreensão da língua é fundamental para a identidade cultural dos surdos.

A abordagem educacional por meio do bilinguismo visa capacitar o surdo a utilizar duas línguas: a língua de sinais e a língua da comunidade ouvinte. As

propostas educacionais são estruturadas a partir do Decreto 5.626/05 que regulamenta a Lei da Libras (Língua Brasileira de Sinais). Dessa forma, os surdos passaram a ter o direito de adquirir conhecimentos dessa língua. O português é usado na forma escrita, como segunda língua, e a educação de surdos passa a ser bilíngue.

O bilinguismo é benéfico para o desenvolvimento cognitivo e ampliação do vocabulário de crianças surdas. O domínio da língua de sinais permitirá que as crianças surdas sejam expostas aos conceitos de sua comunidade e passem a utilizá-los como seus, desenvolvendo uma forma de pensar, agir e ver o mundo. O português, por outro lado, fortalecerá a estrutura da língua e facilitará a comunicação.

Vygotsky acreditava que a linguagem desempenha um papel decisivo na formação dos processos mentais, e que a linguagem, além de ser uma forma de comunicação, também tem uma função reguladora do pensamento. Além de fornecer elementos para a ampliação do conhecimento, a linguagem também se torna um meio de transmitir conceitos e sentimentos. A surdez pode atrapalhar o desenvolvimento da linguagem falada, mas não atrapalha o desenvolvimento dos processos não verbais.

A língua gestual será assim protagonista, enquanto o português auxiliará este processo educativo e a sua construção como ferramenta na realidade da escola. Tudo isso sempre acompanhado de produções pedagógicas que abordam problemas visuais e afirmam e desenvolvem a identidade do surdo, tirando-o cada vez mais das normas auditivas.

Também fortalecerá vínculos entre surdos, estreitará vínculos e reforçará a ideia de pertencimento a um grupo comum. Embora a BNCC não aborde o bilinguismo especificamente para surdos, fornecemos o termo para outros grupos como indígenas e pomeranos no documento.

A BNCC nunca menciona as necessidades dos surdos levantadas no "relatório", como a educação bilíngue para surdos (Libras para L1 e Português para L2) onde há professores de Libras formados, tradutores e intérpretes de Libras, Professor de Português e Português como Segunda língua.

Assim, é relevante no espaço escolar conhecer e valorizar as realidades nacionais e internacionais da diversidade linguística e analisar diferentes situações e atitudes humanas implicadas nos usos linguísticos, como o preconceito linguístico. Por outro lado, existem muitas línguas ameaçadas de extinção no país e no mundo, o que nos chama a atenção para a correlação entre repertórios culturais e linguísticos, pois o

desaparecimento de uma língua impacta significativamente a cultura (BNCC, 2017, pág. 68).

Um dos principais desafios que se colocam às escolas é precisamente o da formação de professores: apesar da formação contínua dos professores, urge implementar programas governamentais inteiramente dedicados a esta área; refira-se que, neste caso, a formação inicial para uma licenciatura frequentemente, e raramente discutido em cursos de ensino superior. Segundo Mantoan (2015, p. 81):

formar o professor na perspectiva da Educação Inclusiva implica ressignificar o seu papel, o da escola, o da educação e o das práticas pedagógicas usuais do contexto excludente do nosso ensino em todos os níveis. [...] A inclusão escolar não cabe em uma concepção tradicional de educação. A formação do professor inclusivo requer o redesenho das propostas de profissionalização existentes e uma formação continuada que também muda.

A prática docente é outro desafio que os professores enfrentam nas escolas, principalmente devido à estrutura física instável das instituições escolares, como fica evidente na quantidade de escolas que ainda prejudicam a acessibilidade, além dos escassos recursos e equipamentos técnicos fornecidos aos professores como auxiliares de ensino. Infelizmente, dentro das escolas de hoje, a maioria dos professores não estão preparados para trabalhar adequadamente com alunos surdos e tem grande dificuldade em lidar com a construção de conceitos científicos, o que leva à exclusão e alienação dos alunos surdos em sala de aula. A formação continuada é uma excelente ferramenta para que os professores se orientem nas políticas públicas inclusivas, se renovem e desenvolvam novas competências na prática docente.

Segundo o MEC (Brasil, 2005, p. 21), a formação docente deve ser um processo contínuo baseado no trabalho interdisciplinar com equipes de apoio permanente que permeiam a prática dos alunos. No processo de inclusão, deve-se valorizar o saber de todos os profissionais da educação. Não é só uma questão de incluir os alunos, é uma questão de repensar os contornos da escola e o tipo de formação que esses profissionais estão comprometidos. Trata-se de desencadear um processo coletivo que busca entender os motivos pelos quais muitas crianças e adolescentes também não conseguem uma “vaga” na escola.

A escola deve, portanto, facilitar a integração dos alunos surdos; estes sujeitos devem ser respeitados tendo em conta as suas necessidades de aprendizagem e as

suas especificidades. É um fato legal, instituído há pouco mais de uma década, com a aprovação do novo Plano Nacional de Educação (PNE), que visa organizar ações educativas em nível nacional para os estudantes. A inclusão de surdos no ambiente escolar, do ponto de vista histórico, é algo bastante contemporâneo, assim como o vínculo da família com a escola, visto que até pouco tempo atrás essas pessoas eram rejeitadas socialmente.

Segundo Bayer (2006), uma escola inclusiva na qual não há campos delimitados, pois aqui há alunos "normais" e há alunos "especiais" ou "incluídos", como muitas vezes se faz, constrói uma pedagogia que não é nem diluída, atendendo às necessidades educativas especiais de alguns alunos, nem extremamente demarcada ou terapêutica, em que se acentuam as distinções pessoais. O Decreto nº 5.626/05 (Brasil, 2005, Art. 22) determina:

As instituições federais de ensino responsáveis pela Educação Básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva por meio da organização de:

I - escolas e classes de educação bilíngue abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues, na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental;

II - escolas bilíngues ou escolas comuns regulares de ensino abertas a alunos surdos e ouvintes para os anos finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio ou Educação Profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos, bem como a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa.

Esse modelo de educação bilíngue nas escolas garante a identidade do surdo; no entanto, o ensino de Libras estava atrasado no Brasil, o que dificultava a aquisição do idioma. De acordo com a Lei nº 13.146/15, art. 28, é assegurada ao aluno surdo a oferta de ensino bilíngue em Libras como primeira língua e na modalidade escrita de Português como segunda língua, escolas e salas de aula bilíngues e escolas inclusivas.

Suas leis e estatutos, assim como as políticas públicas, incentivam e estimulam a valorização do respeito e da tolerância às diferenças. A própria Constituição Federal de 1988, no art. 5 assegura o princípio de somos todos iguais perante a lei sem qualquer discriminação. A percepção sobre as políticas públicas estaduais voltadas para a inclusão de pessoas com deficiência nas escolas regulares é clara; porém, para

que houvesse conscientização, era preciso haver uma luta por direitos. As políticas educacionais devem levar em consideração as diferenças individuais e as diferentes situações, como a importância da língua de sinais como meio de comunicação para surdos, e garantir que todos os surdos sejam respeitados, proporcionando acesso ao ensino de língua de sinais para a comunidade surda.

A metodologia de inclusão requer práticas educativas que validem a qualidade das relações estabelecidas no ambiente escolar. O domínio e o uso da língua de sinais por professores e intérpretes é uma condição necessária para uma participação bem-sucedida. Vale ressaltar que a Educação Inclusiva como aplicação na construção do conhecimento está em fase de implantação. São muitos os desafios a serem enfrentados, mas as iniciativas e alternativas dos educadores são essenciais. As experiências centralizam esforços para além da convivência em direção à participação e oportunidades efetivas de aprendizado para todos os alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão do ensino de LIBRAS como disciplina obrigatória no currículo do Ensino Fundamental é uma medida crucial para promover a inclusão e a igualdade de oportunidades para os surdos. Ao tornar LIBRAS uma parte essencial da educação, está reconhecendo não apenas a identidade e a cultura dos surdos, mas também quebrando barreiras comunicativas.

Além disso, essa inclusão ajuda a sensibilizar os alunos ouvintes para a diversidade e a importância da comunicação inclusiva. A aprendizagem da LIBRAS desde cedo cria uma sociedade mais consciente e empática, preparando as futuras gerações para um mundo verdadeiramente inclusivo.

Portanto, a implementação efetiva do ensino como disciplina obrigatória não apenas beneficia os estudantes surdos, mas também enriquece o ambiente educacional como um todo, promovendo a compreensão, a aceitação e a colaboração entre os diferentes grupos sociais. É um passo significativo em direção a uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **LEI Nº 10.379 DE 10/01/1991**. Leis Estaduais. 2021. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-10379-1991-minas-gerais-reconhece-oficialmente-no-estado-de-minas-gerais-como-meio-de-comunicacao-objetiva-e-de->

uso-corrente-a-linguagem-gestual-codificada-na-lingua-brasileira-de-sinais libras#:~:text=RECONHECE%20OFICIALMENTE%2C%20NO%20ESTADO%20DE,L%C3%8DNGUA%20BRASILEIRA%20DE%20SINAIS%20%2D%20LIBRAS. Acesso em: 21 maio 2023.

FREITAS, Karina. **Dia Internacional da Linguagem de Sinais procura promover a inclusão de pessoas surdas.** Alesp, 2021. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?23/09/2021/dia-internacional-da-linguagem-de-sinais-procura-promover-a-inclusao-de-pessoas-surdas>. Acesso em 21 maio 2023.

DUARTE, Soraya Bianca Reis et al. Aspectos históricos e socioculturais da população surda. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.20, n.4, out.-dez. 2013, p.1713-1734.

MORI, N. N. R.; SANDER, R. E. **História da Educação dos surdos no Brasil.** IN: Seminário de pesquisa do PPE. Maringá: 2015. Disponível em: http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2015/trabalhos/co_04/94.pdf. Acesso em: 10 maio. 2023.

OLIVEIRA, Francisco Mesquita. **DESIGUALDADE SOCIAL: uma trajetória de insistência no Brasil.** VII Jornada Internacional Políticas Públicas. São Luis. Universidade Federal do Maranhão. 2015

QUADROS, R. M. de. et al. **Língua Brasileira de Sinais: patrimônio linguístico brasileiro.** Florianópolis: Editora Garapuvu. 2018.

RAMOS, Clélia Regina. In: **Histórico da FENEIS até o ano de 1988.** Editora Arara Azul, 2004.

STROBEL, Karin. **História da educação de surdos.** UFSC, Florianópolis, 2009